

Processado casal que viveu nos

O GLOBO Domingo, 20/ 4/ 86

O PAÍS • 11

EUA burlando Senado

BRASILIA — A Polícia Federal está apurando o uso indevido do dinheiro público pelos funcionários do Senado Virginia Maria de Faria Laranja e Luiz Antônio Soares Laranja. Eles viveram dois anos nos Estados Unidos, recebendo cerca de Cz\$ 112 mil por mês do Senado para fazer um curso de graduação em Administração Pública, na Universidade de Albany, em Nova York, na qual jamais se matricularam.

Além de responder a inquérito criminal, o casal está sendo processado administrativamente pelo Senado, que abriu inquérito interno no último dia 10. A comissão nomeada pelo Primeiro Secretário Senador Enéas Faria terá de 60 a 90 dias para concluir as investigações. A punição do casal pode variar de uma simples advertência até a demissão do serviço público, e o ressarcimento do dinheiro usado indevidamente durante os dois anos.

Luiz Antônio é filho adotivo do ex-chefe da segurança do Senado Moysés Pereira, afastado do cargo depois de mais de 10 anos, quando o Senador José Fragelli assumiu a Presidência da Casa. Ele e a mulher, Virginia, foram em 1983 indicados pelo então Diretor-Geral do Senado Aiman Nogueira da Gama para fazer o curso de especialização em Administração Pública, na Universidade de Albany, que tem um programa de intercâmbio com o Senado. Todos os anos, através desse convênio, são enviados dois funcionários para a Universidade. A indicação do casal Laranja foi assinada em 17 de janeiro de 1983 pelo então Presidente do Senado Jarbas Passarinho.

Até aí nada de irregular. Só que o casal não foi aprovado no curso intensivo — de dois meses — de inglês, feito em Nova York e considerado essencial para o ingresso na Universidade. Para permanecer com os

filhos nos Estados Unidos, recebendo um salário em torno de US\$ 4 mil cada — como estabelece a Lei 5.809/ 72, que disciplina o salário de funcionários da União no exterior — falsificou a assinatura do coordenador do programa, professor Abdo Baaklini, e enviou para o Senado um documento comunicando seu ingresso na Universidade de Albany.

Para o Senado tudo estava correndo normalmente, até que, quando o curso estava prestes a acabar, em fevereiro do ano passado, o professor Baaklini descobriu tudo e mandou um comunicado oficial ao Senador José Fragelli, dizendo que sua assinatura fora falsificada, e recomendou a volta imediata dos dois funcionários. A carta do professor americano faz parte do inquérito administrativo do Senado.

O Presidente do Senado determinou a volta dos funcionários, dando-lhes mais 20 dias de prazo. Eles ale-

garam que os filhos estavam matriculados e pediram mais tempo. Fragelli concedeu mais um mês. O casal ainda ficou mais 20 dias e por fim viajou com passagens pagas pelo Senado, como a lei estabelece. Só que o Senador José Fragelli achou que a lei era boa demais e o Senado "uma mãe muito carinhosa" para a situação, e resolveu que só pagaria 280 quilos de bagagem. O casal tinha o direito de trazer quatro mil quilos, e trouxe. Como o Senador só pagou por 280 quilos, eles entraram com uma ação na 2ª Vara de Justiça Federal cobrando a diferença.

— Já sei que vou perder — disse Fragelli. Mas achei quatro mil quilos de bagagem um absurdo. Se a lei determina isso, devemos revê-la.

Desde o início deste ano a Superintendência Regional da Polícia Federal de Brasília está estudando o assunto e decidiu há cerca de 20 dias abrir um inquéri-

to criminal contra os dois funcionários. Virginia está lotada no gabinete do Senador Jutahy Magalhães (PFL-BA) e o marido, na Presidência do PDS. Os dois terão que explicar no Senado o que fizeram durante dois anos e três meses nos Estados Unidos às custas da casa. Terão que dar as mesmas explicações no inquérito policial. Se forem considerados culpados, poderão ser processados por estelionato.

Aconselhado por advogados, o casal Laranja exigiu perguntas por escrito para responder também por escrito. Na resposta datilografada, o casal desmente as acusações e afirma ignorar os dois inquéritos. Escreve ainda: "É estranhável que esse inquérito, se foi efetivamente aberto, só o tenha sido quase um ano após o nosso regresso e depois que ingressamos com ação judicial para percebermos salários e pagamento de transporte de nossa bagagem".